ATA RESUMIDA

REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ.
Ocorrida em 26/07/2004, São Paulo - SP.

Aberta a reunião pelo Sr. Nelson dos Reis Claudino Pedroso, Presidente em exercício do CBH-Alto Tietê, dá as boas vindas, agradecendo a participação de todos. Registra presença das autoridades, Dr. Adriano Diogo, Secretário Municipal do Meio Ambiente, SVMA, e convida para compor à mesa Sr. Julio Cerqueira Neto, Presidente da Agência da Bacia do Alto Tietê. Após verificação do corum estatutário inicia os trabalhos solicitando inversão de pauta, com o item II sobre a outorga do sistema Cantareira. Com a palavra Sr. Márcio, DAEE, que relata brevente a proposta da minuta de Deliberação. Foram feitas várias reuniões pela Câmara Técnica de Planejamento e Gestão (CTPG), inclusive com apresentações, da SABESP sobre o Plano Diretor de Águas, Comitê PCJ, DAEE com sua Diretoria, sobre os procedimentos de outorga e das tratativas com a Agência Nacional de Águas-ANA. Criaram uma comissão de redação para a minuta de Deliberação que a Câmara Técnica recomenda ao plenário. Relembra que a outorga é quantitativa, tratando de vazões e volumes. Fizeram uma série de recomendações às autoridades outorgantes em relação a própria renovação e que devem ser efetivadas. A seguir procede à leitura explicativa da Deliberação CBH-AT, nº 07, de 26/07/2004, distribuída em plenário, onde se aprova o documento denominado Recomendações da Agência da Bacia do AT para renovação da outorga, constante do anexo da Deliberação. E relembra, sobre a Agência da Bacia, visto que o Comitê deliberou, protocolo de intenções assinado entre o Governo do Estado e os dois colegiados, em setembro de 2003, em que a Agência da Bacia fosse seu representante. Aberta a palavra ao plenário o Sr. Luis Carlos Miya, Secretário Executivo do SCBHAT-Cabeceiras, expressa sua dúvida quanto a gestão integrada e compartilhada, pois consta o Subcomitê Juquery-Cantareira e ninguém do Comitê do AT. Lembra que em anos anteriores se socorreram em outros sistemas, principalmente o AT. O Sr. Presidente diz que é desejo da Presidência acompanhar *pari passus* a questão, à semelhança do Comitê PCJ. Com a palavra Sr. Presidente da Agência da Bacia, esclarece que a proposta de gestão compartilhada, de composição, foi da Agência, mas não quer dizer não haja outras formas, sugeriram também que se houver dificuldades seja arbitrado pelos outorgantes, DAEE e ANA. As propostas serão encaminhadas à ANA, DAEE que decidirão sobre a forma. Justifica que não acharam prudente uma comissão com muitos membros, sugeriram três, SABESP como usuária, Agência da Bacia, na sua obrigação de gerenciamento dos recursos hídricos, e o Subcomitê Juquery-Cantareira como parte integrante do sistema. É preciso bom senso, pois teriam que incluir outros sistemas como o Cotia-Guarapiranga, e outros fornecedores. Com a palavra Sr. Márcio, diz que o mais importante é que a relação entre os colegiados seja paritária. O GOS, Grupo de Operação do Sistema, que tem a representação já especificada, provavelmente terá indicação pelo Comitê do número de representantes, SABESP, Comitês PCJ e AT e os dois outorgantes operando segundo as regras. Na revisão do Plano de Bacias, deve-se considerar essas vinculações no sistema, inclusive os niveis de criticidade. Com a palavra o Sr. Rubens, sugere alterações quanto a forma de redação: no art. 1º, para que as recomendações sejam artigos, e quando o artigo 1º aprova um documento, é importante que o documento esteja devidamente claro, e seus anexos. E quanto ao conteúdo o artigo 1º, na introdução no ponto 2, fala que a escassez está associada a disponibilidade hídrica quali-quantitativa e depois nas recomendações a parte quali está tímida e também não se menciona nada sobre o que os diversos atores tem de fazer para que o cenário dirigido seja atingido. E por fim que a expressão, ´além disso´, fosse modificada para redação no

sentido de que as recomendações são importantes e os atores deveriam zelar para seu atendimento, levando em conta as recomendações da SABESP do Plano de Bacias para o cenário dirigido. A plenária entra em amplos debates sobre a forma e conteúdo da redação. A Sra. Violêta, PMSP, esclarece que há uma última versão, sendo esta apresentada pelo Sr. Marco Antonio Palermo, onde consta ´sejam desenvolvidos estudos para definição e viabilização de limites e restrições ao avanço das áreas urbanizadas sobre mananciais superficiais, subterrâneos, área de recarga e de vulnerabilidade de aquífero, como por exemplo a aquisição de terrenos de proteção, a criação de reserva particular de proteção à natureza, a negociação com proprietários para desenvolvimento de atividades que favoreçam a proteção de seus eco sistema e a criação e manutenção de estruturas de fiscalização específicas, entre outras soluções e que contemplem com o fluxo de recursos suficientes para assegurá-las e também sejam estabelecido o programa físico de aumento de percentual em áreas de efluentes sanitários tratados pelo Município ou pelo sistema, e sejam estabelecidos instrumentos econômicos que municiem os serviços, de sistema de fiscalização...´. Com a palavra o Sr. Márcio diz que com relação a obrigatoriedade dos investimentos pela SABESP como usuária, no ato da outorga não cabe a obrigação. E o Sr. Palermo diz sobre a data de 26/05/2004, refere-se a data que o documento foi projetado, e será modificada evidentemente, em sendo aprovada. O Sr. Presidente esclarece que caberá ao grupo de revisão providenciar as devidas substituições. Com a palavra a Sra. Ana Maria, PM Mairiporã, SCBH-ATJC, esclarece que havia ainda o art. 9 que tentava contemplar essas questões mas decidiram retirá-lo já que era contemplado no documento da Agência porque a Deliberação se concentrava em função da outorga quantitativa, as condicionantes e perspectivas de evolução no aspecto qualitativos estariam contemplados no documento da Agência aprovados no 1º artigo. Com a palavra Sr. Márcio reitera que a comissão optou por fixar-se nos aspectos quantitativos mas há recomendações, inclusive calendário e cronograma ao usuário e que não o exime de cumprir as exigências feitas por outros órgãos ambientais, e concorda que se deva retirar a expressão ´além disso´, para que todo o considerando seja de fundamental importância, de forma que tenha art. 2º e os incisos numerados. Com a palavra o Sr. Adriano Diogo, SVMA, diz que para haver compatibilidade entre os dois documentos, encaminha para que os desdobramentos sejam incorporados no artigo 2º, e que toda a questão que estava contida, como o ´além disso´ e o fundamentalmente também, entre no artigo 2º. O Sr. Presidente pergunta se a plenária está esclarecida, diz que trata-se apenas de questão de forma, porque mesmo que seja um documento anexo, é também deliberativo. Com a palavra o Sr. Presidente da Agência, esclarece que a palavra paritário refere-se aos Comitês PCJ e AT, não sobre a composição tripartite. Com a palavra a Sra. Ana Maria, para esclarecimento sobre a questão do sistema metropolitano do abastecimento de água, conforme levantado pelo Sr. Luis Carlos Miya, para que se tenha a visão de integração tem de se pensar no âmbito do Comitê, na questão de gestão, um grupo de operação do sistema metropolitano de abastecimento com todos os atores. inclusive a Agência da Bacia. O Sr. Edson, SABESP, diz que há diferenças entre grupo operativo e grupo de gestão. A operação exige manobras, e uma série de circunstâncias envolvem as decisões. A gestão metropolitana tem todos os atores envolvidos, e estratégias. Isso precisa ser separado, o operacional do dia-a-dia e o estratégico. O Sr. Presidente diz que nas Câmaras Técnicas, como a de Drenagem Urbana e Regras Operativas caberá também diversos questionamentos e organização articulada. Há membros interessados em discutir por exemplo o Plano de Macro Drenagem. Com a palavra o Sr. Arraes V. Presidente do SCBH-AT-Cabeceiras, diz que a SABESP ao declarar que o problema é técnico, exclui a Sociedade Civil. o Sr. Presidente após discussão põe em votação, proposta de Deliberação CBH-AT nº 7 de 26/07/2004, que aprova a manifestação sobre a renovação da outorga dos sistema Cantareira e dá

outras providências, **aprovado por unanimidade.** Dando sequência aos trabalhos, pelos informes e outros encaminhamentos, o Sr. Presidente passa a tratar do cronograma para a primeira reunião e reorganização das Câmaras Técnicas de Drenagem Urbana e Regras Operativas, Saneamento Ambiental e a de Águas Subterrâneas. Com a palavra Sr. João Francisco, Instituto de Engenharia, sugere datas para a reunião das três Câmaras Técnicas, ao que é acatado pela Presidência e **aprovado**, e delegando à Agência da Bacia no seu papel de assessoria ao sistema conceder os encaminhamentos. O Sr. Presidente comunica também sobre a revisão CONAMA 020/86, de alteração do enquadramento dos corpos de águas. O Comitê através de suas Câmaras Técnicas deveria analisar e posicionar-se. O Sr. Rubens manifesta-se sobre a aprovação do PL pelo Congresso alterando o dispositivo do Código Florestal, onde praticamente cancela a obrigatoriedade de cumprimento de dispositivos do código em áreas urbanas, como preservação das áreas da faixa marginal aos rios, e se for homologado pelo Presidente da República pode ser grave ameaça à gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Solicita à Agência da Bacia que faça em nome do Comitê o apelo ao Presidente da República para vetar o artigo. O Sr. Julio, com a palavra diz que já tomaram providências e solicita maiores esclarecimentos à Sra. Lucia, Governo do Estado de São Paulo, que informa que o Governador já se manifestou ao Presidente da República, e também o Prof. Goldemberg mandou uma solicitação ao Presidente e ao Ministro da Casa Civil pelo veto do artigo 64. A tendência do Presidente é vetá-lo. O Sr. Presidente coloca em votação proposta de moção contra o PL, **aprovado.** O Sr. Arraes solicita providências para que se encaminhe o projeto de PDPA do Subcomitê Cabeceiras ao Agente Técnico, com o risco de não ser assinado até o final do ano, salienteando que se trata de importante instrumento de diagnóstico para a região. Com a palavra a Sra. Ana Maria sugere como pauta para a reunião de Câmara Técnica a avaliação da última reunião ocorrida na Fundap, e a proposta de calendário com conteúdo e que se traga depois para mérito da plenária. Cumprida a Ordem do Dia, o Sr. Nelson dos Reis Claudino Pedroso, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, agradece a todos e dá por encerrada a reunião, e enquanto Secretário Executivo deste Comitê, realizo a minuta da presente Ata, em conformidade com as laudas taquigráficas.